



Número: **0853916-39.2022.8.19.0001**

Classe: **FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Órgão julgador: **1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**

Última distribuição : **20/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.012.225.883,77**

Assuntos: **Autofalência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
BRASIL SUPPLY S A (REQUERENTE)	VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO) IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)
BSCO NAVEGACAO S A (REQUERENTE)	IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO) VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO)
BS FLUIDOS LTDA (REQUERENTE)	IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)
BS LOGISTICA LTDA (REQUERENTE)	IGOR FARIAS CRUZ LIMA (ADVOGADO) JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO) VINICIUS ALVES DE FIGUEIREDO PESSOA (ADVOGADO)
BRASIL SUPPLY S A (INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33627483	20/10/2022 13:09	Petição Inicial	Petição Inicial

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ___ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

BRASIL SUPPLY S.A ("**Brasil Supply**"), sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.124.249/0001-22, **BSCO NAVEGAÇÃO S.A** ("**BSCO**"), sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.166/0001-71, **BS FLUIDOS LTDA** ("**BS Fluidos**"), sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.166/0001-71, e **BS LOGISTICA LTDA** ("**BS Logística**"), sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.325.932/0001-89. todas com sede na Avenida Rio Branco, nº 115, 20º andar, parte, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20040-004, (doravante denominadas, em conjunto, "**Grupo Brasil Supply**" ou "**Requerentes**"), vêm, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados (**doc.2**), com fundamento nos **artigos 319 e seguintes do Código de Processo Civil ("CPC")** e nos **artigos 97, inciso I, e artigo 105 da Lei nº 11.101/2005¹ ("LRJF")**, formular o presente **PEDIDO DE AUTOFALÊNCIA**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

¹ Art. 97. Podem requerer a falência do devedor:

I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei;

Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos:

I – demonstrações contábeis referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração de resultados acumulados;

c) demonstração do resultado desde o último exercício social;

d) relatório do fluxo de caixa;

II – relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos;

III – relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade;

IV – prova da condição de empresário, contrato social ou estatuto em vigor ou, se não houver, a indicação de todos os sócios, seus endereços e a relação de seus bens pessoais;

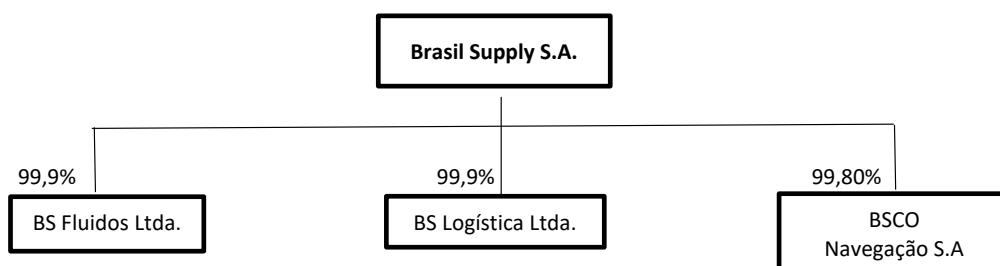


I. DO GRUPO BRASIL SUPPLY

1. O artigo 69-G da LRJF² autoriza aos devedores que integrem grupo sob controle societário comum requerer recuperação judicial em litisconsórcio (consolidação processual).

2. Na falência ou na autofalência não é diferente, como no caso dos autos, tendo em vista que, dentre as sociedades empresárias do **Grupo Brasil Supply**, há comunhão de direitos e obrigações relativamente à lide (artigo 113, inciso I, CPC) e afinidade de questões por ponto comum de fato e de direito (artigo 113, inciso III, CPC).

3. O organograma e a Tabela abaixo resumem a estrutura e as atividades do **Grupo Brasil Supply**:



✓ **Brasil Supply**

Sociedade-mãe do grupo; é o “cérebro pensante” e tem participação relevante nas outras sociedades. Atua como operadora portuária (atividade que exerce de forma praticamente exclusiva); é encarregada das atividades administrativas, da representação comercial do grupo, formalização de contratos, e centraliza a estrutura administrativa e financeira. Realiza ainda consultoria na área comercial, engenharia industrial, sanitária e ambiental, entre outras atividades. Tem o apoio de suas controladas para exercer as atividades-fim do grupo, incluindo o apoio marítimo e a industrialização dos fluidos.

✓ **BS Fluidos**

V – os livros obrigatórios e documentos contábeis que lhe forem exigidos por lei;

VI – relação de seus administradores nos últimos 5 (cinco) anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação societária.

² Art. 69-G. Os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual.



Atua na industrialização de fluídos de completação e perfuração, necessários para que os poços possam ser perfurados em alto-mar sem danos às plataformas petrolíferas. Além disso, presta serviços de armazenagem, operação portuária e gerenciamento de resíduos.

✓ **BSCO Navegação**

Representa os “braços e pernas” do Grupo Brasil Supply, por realizar a sua atividade-fim de navegação de apoio marítimo e portuário, por meio do transporte marítimo de carga e passageiros de cabotagem (entre portos de um mesmo país) ou de longo curso (entre portos de países diferentes). Atua de forma coordenada com a Brasil Supply nos portos em que esta opera.

✓ **BS Logística**

Realiza a logística das operações do **Grupo Brasil Supply**.

4. Controladora da **BS Fluidos**, **BS Logística** e da **BSCO Navegação**, a **Brasil Supply** tem a maioria de votos nas deliberações sociais e influência sobre todas as decisões tomadas pelas sociedades operacionais (**art. 243 e 264 da Lei 6.404/1976**). As sociedades que compõem o **Grupo Brasil Supply** são economicamente integradas, mantêm estreita relação operacional, comercial e financeira, atuam de forma concertada e convergente para um objetivo comum, e estão sujeitas a uma direção única, de modo que os diretores são os mesmos em todas elas. Formam, enfim, um verdadeiro grupo societário de fato.³

5. Com efeito, o processamento em litisconsórcio ativo é decorrência de terminadas situações de fato e de direito que permeiam o presente pedido de falência, e dentre elas, (i) fazem parte do mesmo grupo de suprimentos do mercado de Óleo & Gás, (ii) atuam no mesmo ramo de atividades, (iii) possuem sócios e administradores comuns e (iv) celebraram inúmeros negócios em conjunto.

6. Há inequívoca interligação entre as empresas que compõem o **Grupo Brasil Supply** que impõe a formação do litisconsórcio ativo para que elas, em conjunto, sejam liquidadas, já que não há mais possibilidade de prosseguimento de suas atividades empresariais.

7. Sendo assim, a autofalência das empresas que compõem o **Grupo Brasil Supply** deve ser processada de forma conjunta, apresentando-se como uma solução global para a sua liquidação, razão pela qual é de rigor a formação do litisconsórcio ativo para o ajuizamento e o processamento do pedido de falência.

³ Inclusive, essa profunda integração justificou o ajuizamento de sua recuperação judicial (já encerrada) em litisconsórcio ativo.



II. DA IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS PELO GRUPO BRASIL SUPPLY

8. Como se sabe, os **artigos 97, inciso I e 105 da LRJF** dispõem que o próprio devedor em crise econômico-financeira pode requerer sua falência.

9. O **Grupo Brasil Supply** encontra-se em grave crise econômico-financeira e não tem mais possibilidade de dar seguimento às suas atividades empresariais. A despeito de todas as medidas adotadas para se tentar evitar a crise que abalou o **Grupo Brasil Supply**, os esforços dispensados não foram suficientes.

10. Veja que o **Grupo Brasil Supply** surgiu em meio ao renascimento da indústria naval brasileira alavancada pela descoberta do pré-sal. O seu maior impulso se deu a partir de 2011, após vencer o processo licitatório da Petrobras para encomenda de 17 embarcações de apoio para a exploração do pré-sal, que empregavam tecnologia de ponta.

11. Para atender às exigências da licitação, o **Grupo Brasil Supply** contratou a empreitada com dois estaleiros nacionais – EISA e Arpoador, a fim de viabilizar o projeto de construção das embarcações. Adicionalmente aos R\$ 300 milhões aportados por seus acionistas, o **Grupo Brasil Supply** obteve aprovação para contratar, em 2009, empréstimos no valor de até R\$ 830 milhões junto ao Fundo de Marinha Mercante (FMM), por meio de agentes financeiros como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia.

12. Entretanto, o ritmo de crescimento do **Grupo Brasil Supply** – e da indústria de óleo e gás como um todo – foi interrompido por dois acontecimentos: **(i)** a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, decorrente da crise de abundância de petróleo, que começou a cair em meados de 2014, e atingiu o preço de USD 26,21 em 11 de fevereiro de 2016; e **(ii)** a Operação Lava-Jato, que fez o Grupo sofrer as consequências da insegurança política e econômica na cadeia produtiva de óleo e gás nacional.

13. O **Grupo Brasil Supply** sofreu forte restrição de acesso ao crédito, e o EISA, estaleiro escolhido com a anuência da Petrobras e dos agentes financeiros para a construção de quatro PSVs do **Grupo**, ajuizou recuperação judicial em 2015 e, em seguida, interrompeu permanentemente suas atividades. A

DOC - 13503588v3 711600/1 IFC



interrupção impactou na entrega de embarcações nos termos acordados com a Petrobras, gerando uma cadeia de graves consequências para as operações do **Grupo Brasil Supply**.

14. As receitas do **Grupo Brasil Supply** tornaram-se menores do que deveriam ser em razão do não recebimento dos valores de afretamento das embarcações que não começaram a operar no prazo previsto no cronograma original; das rescisões contratuais; e da dedução das multas aplicadas pela Petrobras do total a ser pago. A deterioração do resultado operacional levou à falta de caixa para capital de giro e à necessidade de obtenção de financiamentos onerosos com instituições financeiras privadas, além do corte de despesas, redução dos investimentos na construção das embarcações não concluídas, e suspensão de novos projetos.

15. Em 17 de fevereiro de 2017, após uma melhora das perspectivas econômicas, e com o intuito de retomar suas operações, o **Grupo Brasil Supply** buscou a proteção conferida pela recuperação judicial para reestruturar suas dívidas e tornar-se viável novamente.

16. O **Grupo Brasil Supply** teve, então, seu plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, cuja homologação ocorreu em decisão publicada no DJe em 17 de setembro de 2018 ("**Planos**").

17. Transcorrido o período de fiscalização de 2 (dois) anos a que alude o **artigo 61 da LRJF**, em 12 de novembro de 2020 foi proferida a sentença de encerramento da recuperação judicial – com trânsito em julgado –, na qual foi reconhecido o cumprimento integral dos Planos e regularidade das Requerentes em sua atuação.

18. No entanto, apesar do cumprimento até aqui dos Planos, e por mais que as próximas obrigações contraídas por força da homologação dos Planos só se vencerão em um futuro distante, **o atual cenário econômico-financeiro do Grupo Brasil Supply tornou-se insustentável.**

19. Ao longo de todo o processo de recuperação judicial o **Grupo Brasil Supply** teve de se submeter a sucessivas crises político-econômicas para tentar continuar exercendo seu objeto social com o propósito de superar, em caráter definitivo, a sua frágil situação econômico-financeira, e dentre elas:

- **Conflitos com a Petrobras**: empenhada em não retomar as atividades com o **Grupo Brasil Supply**, a Petrobras buscou a rescisão unilateral dos contratos de afretamento e de industrialização de fluidos, apesar da existência de cláusulas contratuais que impedissem tais arbitrariedades;

DOC - 13503588v3 711600/1 IFC



- **Conflitos com o Banco do Brasil**: na qualidade de proprietário fiduciário, o Banco do Brasil se recusou a adotar as providências necessárias de reparo e manutenção das embarcações BS Itacaré, BS Alcobaça, BS Tambaú, BS Maresias, BS Geribá, BS Itamaracá e BS Jericoacoara, permitindo o agravamento do estágio de deterioração das embarcações, bem como a ocorrência de possíveis danos ambientais e, conseqüentemente, responsabilização criminal e patrimonial pelos órgãos competentes;
- **Conflitos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES**: na qualidade de proprietário fiduciário das embarcações do tipo UT4000, de casos identificados por “SVUT-01”, “SVUT-02”, “SVUT-03”, “SVUT-04”, “SVUT-05” e “SVUT-06” e uma embarcação do tipo P2, de casco identificado por “TBN-04”, o BNDES distribuiu em, 02 de março de 2017, ação de busca e apreensão autuada sob o nº 0020502-92.2017.4.02.5101, em trâmite na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro;
- **A recuperação judicial do EISA**: o EISA foi o estaleiro responsável pela construção de quatro PSVs do **Grupo Brasil Supply**, mas em 2015 o estaleiro entrou em recuperação judicial e interrompeu suas atividades, resultando na aplicação de vultuosas multas pela Petrobras em razão do atraso diário na entrega das embarcações, as quais foram ilegalmente compensadas mediante desconto no pagamento mensal das faturas ao **Grupo Brasil Supply**;
- **Crise institucional da Petrobras e a queda dos preços do barril de petróleo**: após a crise deflagrada pela queda do preço do barril de petróleo e envolvimento da Petrobras na Operação Lava-Jato, maior escândalo de corrupção do país, a estatal amargou prejuízos financeiros, perda de valor de mercado e aumento de sua dívida, que resultaram na redução do quadro de pessoal e adoção de um plano de desinvestimentos⁴;
- **Crise política**: o país navegou por períodos de instabilidade política advindos do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016, passando pela prisão do ex-presidente Lula em abril de 2018 até chegar na polarização nacional advinda do processo eleitoral do presidente Bolsonaro em outubro daquele ano, que persiste até hoje;

⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/04/economia/1501865060_627627.html



- **Nova queda dos preços do barril de petróleo**: uma nova crise do petróleo foi instaurada no início de 2020, decorrente da queda da demanda por petróleo em razão da pandemia do Covid-19, dando início a uma guerra de preços entre a Rússia e os países membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP, que fez despencar o preço do barril;
- **Efeitos da pandemia do Covid-19**: em março de 2020, a queda do preço do petróleo e a decretação da pandemia levaram à paralisação das operações na Bolsa de Valores brasileira, ocasionando por seis vezes o denominado *circuit breaker*, e as ações da Petrobras tiveram queda histórica. Os efeitos da pandemia, que ainda não acabou, causaram recessão econômica global, com severos impactos no mercado de óleo e gás, agravados pelo enfraquecimento econômico da China, o segundo maior mercado consumidor de petróleo do mundo, que reduziu significativamente sua demanda⁵; e
- **Recessão**: a instabilidade política, combinada com a catástrofe sanitária, minou os planos de recuperação da economia do país, que caiu mais de 4% em 2020, o maior recuo desde 1996⁶, e o desemprego alcançou um patamar recorde de 14,7% em 2021, atingindo 14,8 milhões de pessoas⁷.

20. O sólido e qualificado **Grupo Brasil Supply**, com governança profissional digna de nota, ajuizou sua recuperação judicial acreditando que poderia promover uma bem-sucedida reestruturação de suas dívidas e operações, recuperando-se da crise que atingiu todo o setor de óleo e gás no país.

21. Entretanto, ainda que o **Grupo Brasil Supply** tenha se empenhado arduamente para retomar suas atividades e gerar novas receitas, se viu novamente diante de uma crise econômica sem precedentes na história moderna recente causada pelas oscilações do preço do barril de petróleo atreladas às limitações impostas pela pandemia do Covid-19, doença que se tornou uma ameaça global e alcançou o status de pandemia em 11 de março de 2020.

22. O preocupante cenário foi objeto de exame em Nota Técnica emitida pela estatal Empresa de Pesquisa Energética – EPE⁸ e de análises apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP⁹, que explicitaram os graves impactos na área de óleo e gás do país causados pela redução expressiva da

⁵ <https://www.tecmundo.com.br/ciencia/150889-coronavirus-causa-maior-queda-demanda-petroleo-historia.htm>

⁶ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>

⁷ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/30/desemprego-fica-em-146percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-aponta-ibge.ghtml>

⁸ Nota Técnica NT-EPE-DPG-SDB-2020-02, de 02 de junho de 2020. https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-485/NT-DPG-SDB-2020-02_Impactos_da_COVID-19_no_mercado_brasileiro_de_combustiveis.pdf

⁹ <https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2020/04/20200330-e-book-covid-19-e-os-impactos-sobre-o-mercado-de-petroleo-v2.pdf>.
<<https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2020/05/e-book-covid19-e-os-impactos-sobre-o-mercado-de-petroleo-ii-vpocket-vf.pdf>>.



demanda global e nacional de combustíveis e pela queda do preço do barril de petróleo, reflexos também da adoção de medidas de isolamento e distanciamento social.

23. Mais do que isso, a avaliação é a de que as consequências da pandemia nesse setor serão **permanentes**, com efeitos que incluem a eliminação imediata de segmentos do mercado de derivados e a redução do consumo de combustíveis, além da regionalização da produção e consumo de petróleo¹⁰.

24. A atual situação do **Grupo Brasil Supply** tornou-se definitivamente inviável em virtude principalmente do alto custo da tecnologia inerente à atividade praticada, a ausência de fluxo de caixa e a dificuldade de geração de novas receitas, gerando sérios obstáculos para o cumprimento dos Planos, consequente pagamento aos credores e a própria manutenção das suas atividades.

25. Note-se, ainda, que, recentemente, e em sua corajosa tentativa de sobreviver, o **Grupo Brasil Supply** celebrou 3 (três) contratos de compra e venda de seus ativos, que representaram (i) a liberação de pesados custos de manutenção de embarcações e ativos, (ii) a redução de expressivas dívidas com credores financeiros e a reestruturação do crédito subjacente como quirografário e submetido aos planos (para pagamento em até 17 anos) e (iii) a liquidação de dívida de aproximadamente R\$ 70 milhões:

Contrato	Objeto	Benefícios pretendidos pelo Grupo
<i>“Negócio BB + BASA + G3S”</i>	Alienação de dez embarcações gravadas com alienação fiduciária ao Banco do Brasil e Banco da Amazônia para garantia de financiamento no valor de R\$ 510.313.033,87 (quinhentos e dez milhões, trezentos e treze mil, trinta e três reais, e oitenta e sete centavos)	(i) Liberação de custos de manutenção das embarcações; (ii) Redução da dívida com os Bancos e reestruturação do crédito subjacente como quirografário e submetidos aos Planos; (iii) Liquidação de dívida de aproximadamente R\$ 35.006.056,09 (trinta e cinco milhões, seis mil, cinquenta e seis reais, e nove centavos) de estaleiro que mantém embarcações.
<i>“Negócio BNDES”</i>	Alienação da Embarcação P-24 – BS Camburi, gravados com alienação fiduciária ao BNDES para garantia de	(i) Liberação de custos de manutenção da embarcação; (ii) redução da dívida com BNDES e reestruturação do crédito

¹⁰ <https://cenariopetroleo.editorabrasilenergia.com.br/impactos-permanentes-da-pandemia-sobre-o-mercado-internacional-de-petroleo-e-combustiveis/>



	financiamento no valor de R\$ 165.668.099,47 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, noventa e nove reais, e quarenta e sete centavos).	subjacente; (iii) Liquidação de dívida de aproximadamente R\$ 16.963.731,89 (dezesseis milhões, novecentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e um reais, e oitenta e nove centavos) de estaleiro que mantém embarcação.
“Negócio BB + TPAR”	Alienação dos tanques de armazenamento que compõem a Planta de Fluidos localizados em Angra dos Reis/RJ, gravados com alienação fiduciária ao Banco do Brasil para garantia de financiamento no valor de R\$ 9.313.462,53 (nove milhões, trezentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e dois reais, e cinquenta e três centavos).	(i) Liberação de custos de manutenção e eliminação de possíveis repercussões ambientais; (ii) Redução da dívida com o Banco e reestruturação do crédito subjacente como quirografário e submetido aos Planos; (iii) Liquidação de dívida de R\$ 18.014.290,21 (dezoito milhões, quatorze mil, duzentos e noventa reais e vinte e um centavos), com o comprador.

26. Ocorre, no entanto, que a conjugação das diversas medidas adotadas com o intuito de superar a sua crise econômico-financeira não foi suficiente.

27. Nesse contexto e em respeito aos princípios basilares do direito falimentar e à boa-fé na condução dos negócios, a fim de não procrastinar sua inevitável falência e, conseqüentemente, prejudicar ainda mais todos os envolvidos no exercício de suas respectivas atividades empresariais, sobretudo os seus credores, o **Grupo Brasil Supply, em evidente boa-fé**, houve por bem apresentar o presente pedido falimentar.

28. Até porque a sociedade empresarial que não mais atende à sua finalidade social – ou seja, que não consegue mais permitir a manutenção da fonte produtora nem pagar os seus fornecedores e prestadores de serviços, que não produz com capacidade de geração de lucro e que não possui, enfim, horizonte para a superação da crise econômico-financeira – deve ser retirada do mercado, abrindo caminho para que outras empresas possam substituí-la¹¹.

¹¹ “A recuperação judicial destina-se às empresas que estejam em situação de crise econômico-financeira, com possibilidade, porém, de superação; pois aquelas em tal estado, mas em crise de natureza insuperável, devem ter a sua falência decretada, até para que não se tornem elemento de perturbação do bom andamento das relações econômicas do mercado.” (Manoel Justino Bezerra Filho. Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo. 13ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2018, p. 167).



29. Portanto, considerando que as Requerentes não possuem condições de superar a crise econômico-financeira que as atingiu e se encontram atualmente em verdadeiro estado falimentar, conforme se depreende da análise dos documentos que instruem o presente pedido, é de rigor a apresentação deste pedido de autofalência bem como a imediata declaração de falência do **Grupo Brasil Supply**.

III. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PEDIDO DE FALÊNCIA

30. Como visto acima, apesar dos esforços empenhados e da regularidade da sua situação, o **Grupo Brasil Supply** não é econômica e financeiramente viável, o que lhe impossibilita de dar prosseguimento a sua atividade empresarial.

31. Feitas as exposições das razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, consoante estabelecido no *caput* do artigo 105 da LRJF, o Grupo Brasil Supply passa a demonstrar o atendimento dos demais pressupostos e requisitos legais para este pedido de autofalência. Para isso, e nos termos do artigo 105 e incisos da LRJF, o Grupo Brasil Supply requer a juntada dos seguintes documentos:

Documentos que instruem o pedido de falência (artigo 105 LRJF)

Inciso I	Demonstrações contábeis referentes aos 3 últimos exercícios sociais
Inciso II	Relação nominal dos credores, com indicação de endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos
Inciso III	Relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade
Inciso IV	Prova da condição de empresário, contrato social e estatuto em vigor.
Inciso V	Livros obrigatórios e documentos contábeis exigidos por lei.
Inciso VI	Relação de administradores dos últimos 5 anos, com os respectivos endereços

32. Dessa forma, está devidamente comprovado o preenchimento dos requisitos específicos legais e a apresentação da documentação bastante para a decretação da falência do **Grupo Brasil Supply**.

33. Outrossim, cumpre esclarecer que, em substituição das demonstrações contábeis especialmente levantadas para instrução do pedido de falência, o **Grupo Brasil Supply** apresenta as

DOC - 13503588v3 711600/1 IFC



demonstrações contábeis auditadas referentes aos 3 últimos exercícios sociais, documentação que é mais do que suficiente para a decretação por sentença da falência do **Grupo Brasil Supply**.

34. Com efeito, a simples análise das demonstrações contábeis para o exercício de 2020, consolidadas em relatório de auditoria independente, certificou que ***“A continuidade normal dos negócios da Companhia está diretamente vinculada ao sucesso na implementação do plano de recuperação e à eventual geração de caixa futura para liquidação de suas dívidas”***: (números representados na tabela abaixo em milhares)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$1.329.919, o passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia estava em excesso ao ativo circulante, individual e consolidado, em R\$526.865 e R\$870.590 respectivamente em 2020, e apresentou patrimônio líquido negativo de R\$1.121.023 e R\$1.121.979, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

35. À vista do demonstrado neste capítulo e no anterior, o **Grupo Brasil Supply** comprova estar completa a documentação exigida pelo **artigo 105 da LRJF** e preenchidos os requisitos específicos da petição inicial da autofalência a ensejar a sua decretação por sentença.

IV. CONCLUSÃO E PEDIDOS

36. Diante de todo o exposto e no mais que dos autos consta, presentes todos os requisitos e os pressupostos legais previstos no **artigo 105 da LRJF**, bem como apresentada a documentação necessária, **requer o Grupo Brasil Supply seja decretada por sentença a sua falência, na forma do artigo 99 do mesmo diploma legal**, e por consequência, dentre outras providências:

- a) Seja ordenada a publicação de edital eletrônico com a íntegra da decisão que decretar a falência e a relação de credores apresentada, conforme **§ 1º do artigo 99 da LRJF**;
- b) Seja explicitado o prazo para as habilitações de crédito ou divergências aos créditos relacionados pelo **Grupo Brasil Supply** e publicados no edital do item anterior, nos termos **do artigo 99, inciso IV, da LRJF**, e determinado ao distribuidor que não as receba, já que devem ser apresentadas diretamente ao administrador judicial, nos termos **do artigo 7º, § 1º, da LRJF**;

DOC - 13503588v3 711600/1 IFC



c) Sejam rescindidos todos os contratos, inclusive os de trabalho, nos termos **do artigo 117 da LRJF**;

d) Seja ordenada a suspensão de todas as ações ou execuções contra o Grupo Brasil Supply, ressalvadas as hipóteses do **artigo 6º, §§ 1º e 2º, da LRJF**, nos termos do **artigo 99, inciso V**, do mesmo diploma legal;

e) Seja determinada a anotação da falência pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para que conste a expressão “falido”, a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o **artigo 102 da LRJF**, nos termos do **artigo 99, inciso VIII, da mesma lei**; e

f) Seja nomeado o administrador judicial, que deverá ser intimado pessoalmente para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar termo de compromisso, nos termos dos **artigos 21, 22, 24, 33 e 99, inciso IX, da LRJF**;

g) Seja ordenada a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o **Grupo Brasil Supply** tem estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência, nos termos do **artigo 99, inciso XIII, da LRJF**; e

h) Seja comunicada a decretação de falência a todos os Juízos desta Comarca do Rio de Janeiro;

37. Pleiteia-se que as cópias juntadas aos autos façam a mesma prova que os originais, já que declaradas autênticas pelos patronos do **Grupo Brasil Supply**, nos termos do **artigo 425 do Código de Processo Civil**.

38. Protesta-se pela produção de todas as provas que se façam necessárias para demonstrar a veracidade dos fatos alegados.

39. Por fim, requer-se que as intimações relativas ao presente feito sejam feitas em nome dos advogados **Thomas Benes Felsberg (OAB/SP 19.383)**, **Clara Moreira Azzoni (OAB/SP 221.584)** e **Igor Farias Cruz Lima (OAB/RJ 122.788)**, com escritório na Rua Lauro Muller, nº 116, Sala 1.806, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.290-160, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, §5º do Código de Processo Civil.

DOC - 13503588v3 711600/1 IFC



40. Dá-se à causa o valor de **R\$ R\$ 1.012.225.883,77** (um bilhão, doze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e três reais, e setenta e sete centavos) e requer-se a juntada do comprovante de pagamento das respectivas custas judiciais.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2022

Igor Farias Cruz Lima

OAB/RJ nº 122.788

Vinícius Alves de Figueiredo Pessoa

OAB/RJ nº 156.105

Clara Moreira Azzoni

OAB/SP nº 221.584

Thomas Benes Felsberg

OAB/SP nº 19.383

Fernanda Brotto G.F. Nabahan

OAB/SP nº 455.399

DOC - 13503588v3 711600/1 IFC

